

ESTADO DO PIAUÍ
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER

Assunto: Projeto de Lei Ordinária nº 21, de 26 de fevereiro de 2019

Autor: Dep. Pablo Santos

Ementa: “Estabelece a equiparação entre os portadores de doença renal crônica e as pessoas com deficiência para fins de acessibilidade e oportunidades referentes ao percentual legal de vagas reservadas no âmbito da administração direta e indireta deste estado”.

Relatora: Dep. Teresa Britto

I – RELATÓRIO

O nobre Deputado apresentou o projeto de lei em tela, assim ementado: “Estabelece a equiparação entre os portadores de doença renal crônica e as pessoas com deficiência para fins de acessibilidade e oportunidades referentes ao percentual legal de vagas reservadas no âmbito da administração direta e indireta deste estado” (sic).

Em justificativa, o nobre parlamentar destacou que a propositura tem por escopo contribuir para a inserção de pessoas com doença renal crônica no mercado de trabalho no âmbito do estado do Piauí.


É, em síntese, o relatório.

II – VOTO DO(A) RELATOR(A)

A esta Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) compete pronunciar-se sobre os aspectos constitucional, legal, jurídico, regimental e de técnica legislativa de projetos, emendas ou substitutivos sujeitos à apreciação da Assembleia (RI, art. 34, I, a).

a) Da Admissibilidade

Inicialmente, cabe destacar a relevância da temática apresentada. Contudo, para uma melhor redação da matéria, sugere-se observância ao art. 12, I da 5.861 de 1º de julho de 2009, que dispõe sobre a elaboração, a redação e a alteração das leis no Estado do Piauí, e uma adequação no texto da Ementa, do artigo 1º e do parágrafo único de forma a dar uma compreensão de seu teor, podendo ficarem, respectivamente, da seguinte forma: Ementa “**Estabelece a equiparação entre as pessoas com doença renal crônica e os direitos das pessoas com deficiência para fins de acessibilidade e oportunidades referentes ao percentual legal de vagas reservadas no âmbito da Administração Direta e Indireta deste Estado**”; artigo 1º substituir a designação



ESTADO DO PIAUÍ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

portadores de doença renal crônica por **pessoa com doença renal crônica**; remover o parágrafo único do art. 2º e o integrar ao art. 1º, e onde consta ...”do doente renal crônico”substituir por **pessoa com doença renal crônica**.

Realizada a adequação ora sugerida observe-se que a proposição está redigida com clareza, em termos objetivos e concisos, em língua nacional e ortografia oficial, subscrita por seu autor, além de trazer o assunto sucintamente registrado em ementa, tudo em conformidade com o artigo 96, inciso I, alínea b e §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 106, todos do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí.

Observa-se, que o autor articulou justificativa escrita, em atenção ao disposto no art. 100 da referida norma regimental, que preceitua: “a proposição poderá ser fundamentada por escrito ou verbalmente”.

A distribuição do texto está dentro dos padrões exigidos pela técnica legislativa.

Observa-se também que não foi encontrado óbice algum dentre os enumerados no art. 97 do referido Regimento, razão porque a proposição merece toda consideração deste Parlamento no que se refere aos aspectos supracitados.

b) Da Constitucional e Da Legalidade

Sob o aspecto jurídico, a propositura reúne condições para prosseguir em tramitação, eis que apresentada no regular exercício da competência legislativa do Estado e admite-se a iniciativa parlamentar, conforme dispõe o artigo 75 da Constituição do Estado do Piauí.

Com efeito, é competência comum de todos os entes federados cuidarem da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas com deficiência (Art. 23, inciso II, da Constituição Federal);

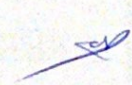
O artigo 24, inciso XIV, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, permite à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência, como é o caso em comento.

Pontue-se que, cabe à União estabelecer as normas gerais e aos Estados a suplementação da legislação geral em conformidade com as peculiaridades regionais (art. 24, §§ 2º e 3º da CF).

Assim, em relação à matéria objeto da proposição em apreço há uma lei federal que estabelece as normas gerais, qual seja, o Estatuto da Pessoa com Deficiência - Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015, o qual em seu artigo 2º “considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Porém, o referido Estatuto, não reconhece de pronto as condições das pessoas com doença renal crônica, não faz referência direta a situação destes pacientes, deixando-os ao arbítrio de demoradas perícias médicas, e ainda sem o mesmo amparo que é despendido as pessoas com deficiências físicas.

De maneira que a equiparação entre as pessoas com doença renal crônica e os direitos das pessoas com deficiência para fins de acessibilidade e oportunidades referentes ao percentual legal de vagas reservadas no âmbito da Administração Direta e Indireta do Estado do Piauí, suplementa o Estatuto da Pessoa com Deficiência, no âmbito deste Estado, de maneira justa e constitucional.



ESTADO DO PIAUÍ
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

De forma que, resta claro a relevância da propositura, necessária, para o preenchimento de uma lacuna em nosso ordenamento legal estadual.

Assim sendo, somos favoráveis à tramitação do presente Projeto de Lei nº 21, de 26 de fevereiro de 2019.

É nosso parecer, salvo melhor juízo.

III - PARECER DA COMISSÃO


Apresentado o parecer, submeto a apreciação dessa comissão.

Em discussão, em votação:

Pelo acatamento (☒)

Pela rejeição (☐)

Sala das Comissões Técnicas da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí,
Teresina, 16 de abril de 2019.


Dep. Teresa Britto
Relatora

*Dep. Sr. Lima
Dep. Genivaldo
Dep. João Madison
Dep. Zizé Carvalho*

Concedido vista ao processo _____

do Dep. Francisco Lima

Em 14/05/19

Presidente da Comissão de _____

Constitucional e Justiça

APROVADO À UNANIMIDADE

EM, 11/05/2021

Nenito
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE:

Justiça